



1 **Ata da sessão de Audiência Pública para apresentação da Proposta do Edital de Licitação**
2 **para concessão florestal da Floresta Nacional do Amapá, realizada em 18 de junho de 2019**
3 **em Pracuúba, Amapá**
4

5 Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, no Telecentro de Pracuúba,
6 localizado na Rua Augusto Soares, nº 67- Centro, realizou-se a segunda sessão de Audiência
7 Pública, para apresentação da Proposta de Edital de Licitação para concessão florestal da Floresta
8 Nacional (Flona) do Amapá. A sessão teve início às 9:35 horas e contou com a participação da
9 população local, líderes comunitários, empresários do setor madeireiro, representantes da
10 sociedade civil e das esferas municipal, estadual e federal do governo reuniram-se no.
11 Inicialmente, **Marcelo Melo**, Chefe da Unidade Regional do Serviço Florestal Brasileiro no
12 estado do Pará (UR BR 163), cumprimentou a todos, comunicando que, em atendimento à Lei de
13 Gestão de Florestas Públicas, a Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, a publicação de edital de
14 licitação de cada lote de concessão florestal deverá ser precedida de audiência pública, por região,
15 realizada pelo órgão gestor. Explicou que a audiência pública, prevista na Constituição Federal,
16 tem por objetivo promover o diálogo entre a sociedade civil e os órgãos públicos, quando em um
17 processo decisório de grande relevância para a sociedade. **Marcelo Melo** destacou que a
18 audiência pública não objetiva a consensualidade, pois, devido ao “leque” de ensejos sociais, os
19 setores da sociedade civil podem divergir, sendo importante o uso do princípio do contraditório.
20 Na sequência, Marcelo Melo deu início à sessão, convidando **Cristina Galvão**, Gerente
21 Executiva de Concessões Florestais, do Serviço Florestal Brasileiro, para presidir a mesa a ser
22 composta pelas demais autoridades presentes. Continuando, Marcelo Melo convidou **Belize**
23 **Conceição**, Prefeita de Pracuúba e **Christoph Jaster**, Chefe do Núcleo de Gestão Integrada
24 (NGI) Amapá Central, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
25 Cristina Galvão agradeceu a participação de todos os presentes e passou a palavra à Prefeita de
26 Pracuúba que, em nome do município, agradeceu ao Ministério Público, ICMBio, Secretaria
27 Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e todas as outras Secretarias Municipais ali representadas.
28 Belize Conceição enfatizou que o município estava disposto a fornecer todo suporte necessário
29 ao Serviço Florestal Brasileiro, sendo muito importante a participação da comunidade no processo
30 de consulta pública. A Prefeita ressaltou acreditar no crescimento e expansão do município de
31 Pracuúba com a iniciativa das concessões florestais federais, vez que o município seria abrangido
32 por esta agenda. Belize Conceição encerrou sua fala, desejando a todos uma excelente audiência
33 pública. Cristina Galvão respondeu, sobre a expectativa de diálogo anunciada pela Prefeita, que
34 a audiência pública é só uma etapa do processo de consulta pública, que prevê ainda a
35 possibilidade de reuniões com diferentes atores envolvidos na concessão florestal. Cristina
36 Galvão reforçou que o Serviço Florestal Brasileiro estava à disposição da Prefeitura de Pracuúba
37 para quaisquer diálogos adicionais durante o processo de consulta pública, seja por telefone, e-
38 mail ou Skype. Em seguida, Cristina Galvão passou a palavra a Christoph Jaster que, após os
39 cumprimentos iniciais, informou que responde pela gestão da Floresta Nacional do Amapá e ainda
40 pela gestão do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, duas Unidades de Conservação
41 que pertencem a categorias diferenciadas. Christoph explicou que, enquanto o Parque Nacional é
42 bastante conhecido, talvez a Floresta Nacional não tenha a mesma proximidade e conhecimento
43 do grande público. Continuando, o Chefe do NGI pontuou que a Flona tem como objetivo básico,
44 desde sua criação, a exploração madeireira de forma sustentável. Ou seja, a sustentabilidade
45 sempre estará acima de todas as questões envolvidas na gestão da Flona, sendo premissa básica
46 para garantia da perpetuidade da floresta. Christoph Jaster ressaltou que para que a Floresta
47 Nacional cumpra os objetivos para os quais ela foi criada, é preciso muito mais do que o Decreto
48 de criação. Neste quesito, informou sobre a aprovação do Plano de Manejo da Flona do Amapá,
49 como importante marco temporal na gestão da Floresta Nacional. Outro momento de destaque
50 para esta gestão é o processo de concessões florestais ora iniciado, cuja realização o ICMBio

51 aguarda com ansiedade, esperando que transcorra de forma tranquila e rigorosamente dentro das
52 Leis que regem o processo. Por fim, Christoph Jaster reforçou sua disponibilidade para eventuais
53 explicações pelo ICMBio, inclusive podendo ser interpelado pela comunidade de Pracuúba nas
54 vias públicas para esclarecimento de qualquer dúvida, vez que é uma questão de cidadania levar
55 o processo das concessões florestais adiante, com serenidade e competência técnica. Na
56 sequência, Cristina Galvão, em nome da Ministra de Agricultura, Pecuária e Abastecimento,
57 Tereza Cristina, e do Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro, Valdir Colatto, agradeceu o
58 apoio prestado pela Prefeitura de Pracuúba para a realização das audiências, especialmente a
59 Secretária Municipal de Meio Ambiente, Aline Pires, e ao ICMBio, pela parceria e apoio logístico
60 na organização. Cristina Galvão reforçou que o objetivo maior da Audiência Pública é apresentar
61 os principais pontos da proposta de edital de concessão florestal da Flona do Amapá. A Gerente
62 Executiva destacou que, após a elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação
63 (PMUC), foram iniciados um conjunto de estudos e diagnósticos prévios sobre logística de acesso,
64 mercado madeireiro e custos de produção local, que subsidiaram a construção da proposta de
65 edital que seria apresentada. São previstos, durante o processo de concessão florestal, ajustes ao
66 edital, a partir da análise do conjunto de manifestações recebidas por meio da consulta pública.
67 Cristina Galvão reforçou, neste momento, que seriam realizadas 4 (quatro) Audiências Públicas
68 durante a semana de 17 a 21 de junho, e que os próximos municípios seriam Amapá e Serra do
69 Navio. Cristina Galvão enfatizou que, ao implementar as concessões florestais, o Serviço
70 Florestal Brasileiro contribui ainda para o processo de desenvolvimento local das regiões de
71 abrangência das concessões, auxiliando ainda a implementação das Unidades de Conservação.
72 Cristina Galvão passou a palavra para Marcelo Melo, Chefe da Unidade Regional do Serviço
73 Florestal Brasileiro no Distrito Florestal Sustentável da BR-163 (UR-BR 163), cerimonialista
74 daquela sessão de Audiência Pública, para os informes gerais. Marcelo agradeceu a presença da
75 Prefeita de Pracuúba, do Chefe do NGI do ICMBio e da Gerente Executiva de Concessões
76 Florestais do SFB, desfazendo a mesa de autoridades na sequência. Marcelo Melo registrou a
77 presença de algumas instituições ali presentes, tais como das Secretarias Municipais de Meio
78 Ambiente, Administração, de Obras e Infraestrutura; do Instituto do Meio Ambiente e de
79 Ordenamento Territorial do Amapá (Imap); Ministério Público Estadual; Instituto Brasileiro do
80 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e representantes do Conselho
81 Estadual de Meio Ambiente do Amapá (Coema). Marcelo Melo informou que estavam previstas
82 três formas de registro da Audiência: gravação audiovisual, lista de presença e ata circunstanciada,
83 que seria disponibilizada no site do Serviço Florestal Brasileiro. Marcelo Melo registrou que, após
84 a apresentação da proposta do edital de concessão, seria aberto um espaço para perguntas e
85 manifestações, devendo o demandante se identificar e dizer o nome da instituição a qual
86 representa, para devidos registros em ata. De forma adicional, aqueles que não se sentissem à
87 vontade poderiam preencher um formulário da Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro
88 disponível na entrada do recinto. Marcelo Melo retornou a palavra para a Gerente Executiva
89 **Cristina Galvão**, para apresentação da proposta do edital de concessão florestal da Flona do
90 Amapá. Inicialmente, Cristina discorreu sobre a missão do Serviço Florestal Brasileiro, como
91 órgão promotor do uso sustentável e econômico das florestas públicas. Para tanto, o SFB atua
92 tecnicamente em 4 (quatro) grandes áreas: implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR);
93 Fomento e inclusão florestal; Estudos e pesquisa ligados a produtos florestais e implementação
94 das concessões florestais federais, tema que seria apresentado e debatido naquela oportunidade.
95 Cristina Galvão informou que seriam exibidos dois vídeos breves: um sobre o [processo de](#)
96 [consulta pública](#) e o segundo sobre o [manejo florestal nas áreas sob concessão](#). (Vídeos
97 disponíveis no canal de Youtube do Serviço Florestal Brasileiro, [SFBflorestal](#)). Continuando a
98 apresentação da proposta de edital, após a exibição dos vídeos, Cristina Galvão retomou a
99 explicação sobre a concessão florestal e seus principais elementos, como o fato de ser uma
100 delegação onerosa, dado que é repassado a uma empresa o direito da prática do manejo florestal
101 sustentável de produtos e serviços, em uma área específica denominada Unidade de Manejo

102 Florestal (UMF). Para que seja efetivada esta delegação, é realizado um processo licitatório, do
103 qual podem participar pessoas jurídicas (empresas, associações e cooperativas), constituídas de
104 forma isolada ou em consórcio. Cristina Galvão explicou que o edital de concessão florestal
105 estabelece um conjunto de exigências e critérios, que irão demonstrar a capacidade desta
106 instituição privada de executar o manejo florestal sustentável, tendo o contrato de concessão
107 florestal a duração de 40 anos. A Gerente Executiva elencou os principais objetivos da concessão
108 florestal, como a geração de emprego e renda, conservação da floresta por meio do uso sustentável
109 e aumento da oferta de madeira e outros produtos florestais, com origem legal. Para a empresa
110 vencedora da licitação, o processo da concessão florestal traz benefícios como segurança jurídica
111 e fundiária e o ordenamento da atividade madeireira. Cristina Galvão ressaltou também que as
112 concessões florestais fomentam a capacitação de mão de obra local, a arrecadação municipal,
113 estadual e federal e a geração de emprego e renda locais, sendo ainda um instrumento indutor da
114 oferta de infraestrutura e serviço para as comunidades locais. A Gerente Executiva ressaltou, neste
115 ponto, que existem algumas proibições impostas pela Lei de Gestão de Florestas Públicas,
116 expressas também no contrato de concessão florestal, como o direito de titularidade imobiliária,
117 uso do subsolo e o direito de realizar caça e pesca pelo concessionário florestal. A previsão legal
118 para realização das concessões florestais está contida na Lei nº 11.284, de 2006 (Lei de Gestão
119 de Florestas Públicas) e no Decreto nº 6.063, de 2007 que regulamenta esta Lei, em âmbito
120 federal. O processo de licitação é regido ainda pela Lei nº 8666, de 1993 (Lei de Licitações e
121 Contratos). Cristina Galvão discorreu sobre o atual panorama das concessões florestais federais,
122 que, em 9 (nove) anos, contabiliza mais de 1 milhão de hectares de florestas concedidas, 17
123 contratos assinados em seis florestas nacionais, 211 mil metros cúbicos de madeira colhidos e um
124 valor arrecadado de R\$ 60 milhões de reais. Concluída a exposição dos conceitos gerais sobre as
125 concessões florestais federais, Cristina Galvão apresentou os principais elementos que compõem
126 a Proposta de Edital de Concessão da Flona do Amapá, composto por um conjunto de 15
127 documentos: Edital, que detalha as regras do processo de licitação e 14 anexos, com descritivo
128 das Unidades de Manejo Florestal; a contextualização ambiental, geográfica e social da Flona;
129 relação dos Indicadores Técnicos e a minuta do contrato de concessão florestal. Cristina informou
130 que a Proposta de Edital se encontra disponível no site do Serviço Florestal Brasileiro para
131 conhecimento e manifestações, tendo sido entregue ainda uma cópia da proposta de edital à
132 Prefeita de Pracuúba. No decorrer daquele dia seria entregue uma cópia ao Presidente da Câmara
133 de Vereadores, em atendimento a requisito legal, e também por serem estas instâncias os porta
134 vozes das comunidades, sobretudo para que aqueles que não tem acesso à internet possam
135 conhecer a documentação da proposta. Cristina informou que os produtos previstos no Edital do
136 Amapá são: madeira em tora; material residual da produção florestal e produtos não-madeireiros,
137 citados nominalmente em anexo específico. A proposta de edital é composta por um lote de 3
138 (três) Unidades de Manejo Florestal, que totalizam 266 mil hectares, para os quais tem-se a
139 estimativa de geração de aproximadamente 500 empregos diretos e uma previsão inicial de
140 arrecadação de 3,6 milhão de reais por ano. Cristina Galvão relatou que foram estudadas 3
141 possibilidades de acesso à Flona do Amapá. O primeiro, considerado inviável, é um acesso ao sul
142 da Flona, por rio não navegável justamente na época da produção florestal; o segundo acesso,
143 usando o modal rodoviário: pela BR-156 (pavimentado, em boas condições), pela BR-210 (em
144 condições precárias) ou por ramal denominado Porto da Serra, também precário. O terceiro
145 acesso, que seria para as UMFs II e III, considerado viável, pode ser feito também por modal
146 rodoviário (pela BR-156 ou pelo ramal do Cedro, ambos em boas condições). Cristina ressaltou
147 que o acesso até a primeira UMF prevê a necessidade de abertura de um ramal de
148 aproximadamente 20 Km, a partir do ramal do Cedro. Em seguida, a Gerente Executiva discorreu
149 sobre o processo de seleção das concessões florestais federais, composto de uma primeira etapa
150 de habilitação, na qual são selecionadas as empresas que possuem a documentação necessária
151 para participar da licitação. As etapas seguintes, com empresas já habilitadas, incluem a análise
152 da proposta técnica e a proposta de preço. Ganha a empresa que tiver a maior pontuação, e que

153 demonstre ainda capacidade técnica e financeira de execução do contrato de concessão florestal.
154 Cristina Galvão apresentou os preços mínimos da proposta de Edital, cuja construção considerou
155 critérios como potencial produtivo e os custos de logística e de produção estimados para cada
156 UMF. Desta forma, os valores dos Preços Mínimos do Edital (PME) para a Flona do Amapá
157 ficaram propostos em: UMF I: R\$ 35,00 por metro cúbico; UMF II: R\$ 25,00 e UMF III: R\$
158 15,00. Cristina Galvão detalhou os parâmetros do Regime Econômico-Financeiro das concessões
159 florestais. Finalizado o processo licitatório, fica definido o valor da proposta de preço vencedora,
160 a partir da qual é realizado o cálculo do Valor de Referência do Contrato (VRC). O VRC, que é
161 o potencial produtivo estimado para 1 (um) ano de operação florestal, é calculado pela estimativa
162 de produção vezes o valor da proposta vencedora. Cristina explicou que, como se trata de um
163 contrato de longa duração, todos os parâmetros financeiros sofrem correção de valores
164 anualmente. A partir do cálculo do VRC, é definido outro importante parâmetro, que é o Valor
165 Mínimo Anual (VMA), pago anualmente pelo concessionário, independente da produção
166 florestal. O VMA é calculado em função do Valor de Referência do Contrato, sendo variável nos
167 dois primeiros anos da concessão florestal. Cristina ressaltou que o Valor Mínimo Anual é todo
168 destinado ao Serviço Florestal Brasileiro, para execução de suas atividades. Continuando, Cristina
169 Galvão discorreu sobre os indicadores técnicos estabelecidos na minuta de contrato de concessão
170 florestal: classificatórios e bonificadores. A etapa de Proposta Técnica inclui a avaliação dos
171 indicadores classificatórios, enquanto que os indicadores bonificadores foram criados para
172 estimular o investimento e o aprimoramento das práticas de manejo florestal adotadas pelo
173 concessionário florestal. Uma vez atingidos os requisitos mínimos para bonificação, o
174 concessionário florestal receberá uma redução no preço pago pela madeira. Na proposta de edital
175 da Flona do Amapá, estão estabelecidos 5 (cinco) indicadores classificatórios: A1 - Implantação
176 e manutenção de sistema de gestão de qualidade; A2 – Investimento na proteção da floresta; A3
177 - Investimento em infraestrutura, bens e serviços para a comunidade local; A4 - Adoção de
178 inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal e A5 – Grau de processamento
179 local do produto florestal (FAV). Cristina Galvão detalhou cada um dos indicadores
180 classificatórios, reforçando que as definições, limites mínimos e máximos de cada um e as formas
181 de apuração estão dispostos na Proposta de Edital de Concessão Florestal. Cristina destacou um
182 importante mecanismo de salvaguarda do contrato de concessão florestal, que é a garantia
183 contratual, detalhando em seguida as fases de prestação e modalidades previstas em Lei. Em
184 seguida, Cristina Galvão ressaltou que, uma vez assinado o contrato de concessão, o mesmo estará
185 submetido a um constante monitoramento das obrigações contratuais previstas para o
186 concessionário florestal. O Serviço Florestal Brasileiro monitora constantemente a produção
187 florestal e todas as cláusulas contratuais. Por ser um contrato firmado com o poder público, estão
188 previstas no instrumento um conjunto de potenciais sanções, como advertências, multas, execução
189 da garantia contratual, podendo chegar ao limite de rescisão contratual. Finalizando a
190 apresentação, Cristina Galvão destacou o processo de distribuição dos recursos financeiros
191 provenientes das concessões florestais. Excluída a quantia fixa, que é destinada ao Serviço
192 Florestal Brasileiro, os recursos são divididos na proporção de 40% para o ICMBio, 20% para o
193 Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), 20% para o estado do Amapá e 20% para
194 os municípios beneficiários da distribuição (proporcionalmente à área de cada UMF dentro da
195 jurisdição do município). Para que o estado e municípios recebam estes recursos, é necessária a
196 comprovação do cumprimento de alguns requisitos, como a instituição de Conselho de Meio
197 Ambiente e a aprovação de um plano de aplicação dos recursos, aprovado por este Conselho. O
198 plano apresentado deve estar relacionado, obrigatoriamente, ao apoio e promoção da utilização
199 sustentável dos recursos florestais, o que pode incluir ações de educação ambiental, capacitação
200 de agentes públicos, produção de mudas e sementes, entre outras. Cristina reforçou os conceitos
201 do Indicador de Investimento Social, relatado anteriormente na apresentação. Diferente dos
202 recursos financeiros pagos em função da produção florestal, este indicador classificatório é
203 depositado em conta específica pelo concessionário florestal e é destinado às comunidades locais.

204 O acesso a estes recursos somente pode ser realizado após aprovação do plano de aplicação dos
205 Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Cristina destacou que, neste caso, por estar o indicador
206 relacionado ao critério legal de desenvolvimento social, as ações não precisam necessariamente
207 estar atreladas à utilização dos recursos florestais, podendo ser apresentadas ações de assistência
208 educacional, de saneamento básico e cuidados com a saúde pública. Neste momento, Cristina
209 Galvão informou à Prefeita de Pracuúba, Belize Conceição, de que, junto à Proposta de Edital, o
210 Serviço Florestal Brasileiro efetuou a entrega de Cartilha orientativa, que explica como o
211 município pode acessar os recursos oriundos das concessões florestais federais. **Cristina Galvão**
212 concluiu sua apresentação, reforçando o calendário das Audiências Públicas, o prazo para
213 recebimento de contribuições à proposta de edital, o caminho para acesso à documentação da
214 proposta no site do Serviço Florestal Brasileiro e o e-mail de contato da Gerência Executiva de
215 Concessões Florestais, bem como da Ouvidoria do SFB. (A [apresentação completa](#) está disponível
216 no site do Serviço Florestal Brasileiro). Em seguida, o cerimonialista Marcelo Melo informou a
217 todos os presentes que estava aberto o espaço para manifestações, esclarecimento de dúvidas e
218 sugestões à proposta de edital. **Renata Santos**, Representante da Associação Brasileira de
219 Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema),
220 explanou que recentemente, no estado do Amapá, os municípios começaram a assumir a
221 descentralização da gestão ambiental e alguns ainda estão se estruturando, por meio da criação de
222 Secretarias e Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Neste aspecto, Renata perguntou se o
223 Serviço Florestal Brasileiro teria alguma forma de auxiliar estes municípios no acesso aos
224 recursos financeiros, caso os Conselhos ainda não estivessem instituídos. **Cristina Galvão**
225 respondeu que o Serviço Florestal Brasileiro busca, a partir da previsão legal, que os mecanismos
226 estabelecidos no contrato de concessão florestal sejam motivadores para a implementação e
227 consolidação dos Conselhos de Meio Ambiente. O que o Serviço Florestal Brasileiro tem
228 realizado, historicamente, é o contato permanente com as Prefeituras, incentivando a organização
229 dos conselhos. Assim que disponibilizados os primeiros valores financeiros, seja pelo pagamento
230 da produção florestal ou depósitos efetuados pelo concessionário em cumprimento ao Indicador
231 Social, o SFB informa os municípios beneficiários, esclarecendo eventuais dúvidas e muitas vezes
232 colocando estas Prefeituras em contato com outras que já tenham acessado os valores. Cristina
233 informou ainda sobre a parceria estabelecida com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal
234 e Agrícola (Imaflora), que rendeu bons frutos recentemente, dado que o Instituto trabalhou
235 intensamente na capacitação dos membros de conselhos municipais, para elaboração dos planos
236 de aplicação. **Mainar Vasconcelos**, Assessor Técnico do Ministério Público do Estado do Amapá
237 (MPE-AP) parabenizou a iniciativa do Serviço Florestal Brasileiro e a Prefeita de Pracuúba, que,
238 ao trazer boa parte de seu secretariado, demonstrou comprometimento com a agenda das
239 concessões florestais, que pode mudar a realidade dos municípios. Mainar reforçou a importância
240 dos conselhos municipais de meio ambiente, sendo que os mesmos teriam que ser implantados
241 com muita celeridade. Em seguida, Mainar Vasconcelos ressaltou que o Ministério Público é
242 totalmente favorável às ações voltadas ao desenvolvimento local, não havendo nenhum empecilho
243 por parte do MPE ou necessidade de imposição de barreiras à implantação das concessões
244 florestais federais, desde que haja observância à legislação pertinente. O representante do MPE-
245 AP reiterou as colocações que já havia feito durante a primeira Audiência Pública, em Ferreira
246 Gomes. Disse que não verificou, na entrada do município, nenhuma faixa de divulgação da
247 audiência pública, informando ter sentido falta da divulgação das audiências. Em seguida,
248 perguntou se havia algum representante das comunidades na Audiência, pelo que recebeu a
249 confirmação de um dos presentes. Feita esta ponderação, **Mainar Vasconcelos** dirigiu seu
250 questionamento ao Representante do ICMBio, perguntando o motivo da não destinação de
251 recursos financeiros, advindos das concessões florestais, ao Ibama. Na colocação do Sr. Mainar,
252 segundo a Lei Complementar nº 140/2011, quem licencia é quem fiscaliza. A Prefeita de
253 Pracuúba, neste momento, solicitou licença para se ausentar junto com alguns dos Secretários
254 Municipais. **Cristina Galvão**, em resposta ao Sr. Mainar Vasconcelos, respondeu que a Lei de

255 Gestão de Florestas Públicas, publicada em 2006, estabelece os entes destinatários do repasse de
256 recursos oriundos do pagamento pela produção florestal, assim como respectivos percentuais.
257 Cristina esclareceu que, com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da
258 Biodiversidade e a destinação da gestão das Unidades de Conservação para este, os recursos
259 passaram a ser destinados ao ICMBio. Dando continuidade a resposta ao Representante do MPE-
260 AP, **Christoph Jaster**, Chefe do Núcleo de Gestão Integrada (NGI), reforçou que o ICMBio,
261 enquanto órgão gestor das Unidades de Conservação Federais, tem no seu escopo de
262 responsabilidades a fiscalização dentro das UCs. Fora das Unidades de Conservação, o ICMBio
263 pode atuar como órgão fiscalizador, a partir da comprovação donexo causal. Ou seja,
264 comprovadas as evidências de que algum produto apreendido, como toras de madeira, é
265 proveniente do interior da Floresta Nacional o ICMBio pode atuar como fiscalizador nesta
266 circunstância. Christoph ressaltou que outras fiscalizações ambientais, fora da Unidade de
267 Conservação, é de competência do Ibama. Portanto, a atuação dos dois Institutos ocorre de forma
268 complementar e, muitas vezes, cooperativa. Sobre a questão colocada pelo Sr. Mainar quanto à
269 divulgação prévia, **Cristina Galvão** esclareceu que, para cada município sede das Audiências
270 foram contratados os serviços de carros de som, com propagação do convite à participação das
271 audiências por 10 (dez) horas em cada município, além da divulgação em rádios locais. Cristina
272 agradeceu a sugestão da instalação de faixas nas vias públicas, informando que para as próximas
273 audiências, prévias aos Editais de outras Flonas, a ideia poderia ser incorporada. **Charles Reis**,
274 Representante da Associação dos Engenheiros Florestais do Amapá (AEFA) no Conselho
275 Estadual de Meio Ambiente (Coema), parabenizou o Serviço Florestal Brasileiro pela presença e
276 iniciativa das Audiências Públicas prévias à primeira concessão florestal federal no Amapá. Como
277 primeiro questionamento, **Charles** perguntou qual a garantia que a sociedade tem do acolhimento
278 das contribuições manifestadas durante a Consulta Pública. **Cristina Galvão** respondeu que todas
279 as audiências são gravadas em áudio e vídeo e que, para além deste procedimento, seria elaborada
280 uma ata circunstanciada, com registro de todas as sugestões e questionamentos. Cristina adicionou
281 que toda comunicação complementar enviada por e-mail à Ouvidoria ou à caixa corporativa de e-
282 mail das concessões florestais – cujos endereços foram exibidos nos slides da apresentação –
283 seriam considerados durante o processo de consulta pública. O conjunto de todas essas
284 manifestações serão consolidadas em um Relatório de Contribuições, que será disponibilizado no
285 site do Serviço Florestal Brasileiro. **Cristina Galvão** reforçou que todas as contribuições serão
286 respondidas e, não podendo ser acolhidas, serão justificadas. O não acolhimento, ponderou
287 Cristina, ocorre por motivos técnicos ou impedimento legal, a serem esclarecidos oportunamente
288 no Relatório de Contribuições. Portanto, o Serviço Florestal Brasileiro não garante o acolhimento
289 das contribuições, mas sim a apreciação e resposta para cada uma delas. **Charles Reis** perguntou
290 ainda qual a metodologia adotada pelo ICMBio para fiscalização, quais as dificuldades
291 enfrentadas durante esses quase 30 anos desde a criação da Flona do Amapá e quantos
292 colaboradores existem dentro da Flona, trabalhando na fiscalização dos mais de 400.000 hectares.
293 **Christoph Jaster** respondeu que, a exemplo de muitos outros órgãos públicos, o tema Recursos
294 Humanos sempre foi principal gargalo do ICMBio. Embora tenham sido realizados alguns
295 concursos, a equipe de fiscalização ainda é pequena. Christoph informou que o Núcleo de Gestão
296 Integrada Amapá Central (Parque do Tumucumaque e Flona do Amapá) possui 5 analistas
297 ambientais. Christoph apontou que, em função desta carência de recursos humanos, o ICMBio
298 busca o estabelecimento de parcerias, não somente com outras instituições públicas federais,
299 estaduais ou municipais, como também com a Sociedade Civil e Organizações Não
300 Governamentais. Tais parcerias, na maioria das vezes, tem dado muito certo, fazendo com que o
301 ICMBio cumpra minimamente sua missão institucional. Christoph Jaster respondeu que, no
302 quesito fiscalização, o ICMBio busca sempre trabalhar em conjunto com a Polícia Federal e ainda
303 com a Polícia Militar, com a qual foi estabelecido um Termo de Cooperação, que está sendo
304 reformulado neste momento. Christoph ressaltou que estas iniciativas buscam garantir a
305 segurança dos integrantes do ICMBio, visto que a atividade de fiscalização, obviamente, não é

306 desprovida de riscos. A metodologia de fiscalização envolve ainda um “rodízio” entre as
307 Unidades da Federação, tentando sempre o melhor arranjo logístico, pessoal e financeiro, de
308 forma a coibir e agir no caso de algum incidente. Finalizando sua resposta, Christoph destacou
309 que a fiscalização ambiental é uma das muitas facetas do ICMBio, que procura se aproximar da
310 população local por meio de projetos de educação ambiental e de esclarecimentos. Citou como
311 exemplo um projeto de monitoramento da biodiversidade no Parque do Tumucumaque, cujo viés
312 é altamente participativo, de modo a estreitar as relações com as comunidades que vivem no
313 entorno do Parque. Ainda em resposta ao Sr. Charles, **Marcelo Melo** ressaltou que todos as
314 instituições públicas estão sujeitas ao cumprimento da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à
315 Informação). Marcelo informou que o Serviço Florestal Brasileiro foi considerado, pelo
316 Ministério Público Federal, como uma das instituições públicas com maior transparência em
317 2018. **Alexandro Penha**, Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e
318 Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, questionou a duração do
319 contrato de concessão, estabelecida em 40 (quarenta) anos, quando os que estavam ali presentes
320 “não estariam mais aqui”, sugerindo ainda que fossem realizadas Audiências Públicas a cada 10
321 (dez) anos para fiscalização da realização do manejo florestal. **Cristina Galvão** respondeu, sobre
322 a duração de 40 anos, que o manejo florestal é realizado de forma que se tem uma intervenção na
323 floresta, para produção de madeira, numa intensidade que a floresta consiga se recompor,
324 assegurando a manutenção das espécies na floresta. Para tanto, o ciclo de corte atualmente está
325 estabelecido entre 25 e 35 anos. A ideia é que o concessionário florestal encerre um ciclo de corte
326 e ainda seja responsável por manejar a floresta, em um segundo ciclo, por no mínimo 5 (cinco)
327 anos. Assim, o Serviço Florestal Brasileiro busca assegurar um investimento de longo prazo,
328 assim como é de longo prazo a regeneração e o crescimento da floresta. Continuando, **Cristina**
329 **Galvão** reforçou que o contrato de concessão florestal é monitorado anualmente, o que envolve
330 a medição anual dos indicadores classificatórios. São realizadas também vistorias e
331 monitoramento das técnicas de manejo florestal pelo Ibama. Cristina explicou que, para além das
332 atividades de monitoramento rotineiras, o SFB, Ibama e ICMBio atuam na verificação de
333 demandas pontuais, citando como exemplo eventuais danos à floresta e conflitos com as
334 comunidades do entorno. Cristina adicionou que o Serviço Florestal Brasileiro deve atuar como
335 promotor do diálogo, na existência de quaisquer conflitos entre o concessionário e a população,
336 que possam envolver inclusive o Ministério Público Estadual ou Federal. Como Poder
337 Concedente, é dever do SFB zelar pelo bom funcionamento das concessões florestais. Charles
338 Ricardo solicitou a palavra para registrar novamente proposta apresentada em Ferreira Gomes, de
339 redimensionamento do lote de concessão para 6 (seis) Unidades de Manejo Florestal (UMFs).
340 Charles parabenizou a equipe do ICMBio, na figura de Christoph Jaster, pela fiscalização dos
341 mais de 4 milhões de hectares do Parque Nacional do Tumucumaque e Flona do Amapá,
342 destacando que, sob seu ponto de vista, há um descaso do Governo Federal, que não destina a
343 devida atenção às Unidades de Conservação. Charles manifestou sua indignação, por averiguar
344 que haviam ali mais servidores do Serviço Florestal Brasileiro, designados para a realização das
345 Audiências Públicas, do que o total de analistas ambientais do ICMBio, responsáveis pela
346 fiscalização rotineira das Unidades de Conservação. **Cristina Galvão** respondeu que o tamanho
347 e quantidade das Unidades de Manejo Florestal serão objeto de revisão e aprofundamento técnicos
348 após o final da Consulta Pública, devido às recorrentes sugestões sobre o tema. Cristina esclareceu
349 que o Serviço Florestal Brasileiro, que conta atualmente com cerca de 170 servidores, tem um
350 quadro bem menor do que o ICMBio. Cristina informou que a equipe do SFB ali presente era
351 mista, estando presentes servidores de Brasília (sede do Serviço Florestal Brasileiro) e também
352 da Unidade Regional de Santarém, no estado do Pará. Adicionou que as futuras equipes de
353 monitoramento da concessão florestal federal no estado do Amapá também seriam mistas.
354 **Christoph Jaster** destacou que o turismo é uma das atividades que gera mais recursos
355 financeiros, empregos e bem-estar social, mas são necessárias interlocuções com várias instâncias
356 locais, como Secretarias de Turismo, para que o potencial das Unidades de Conservação possa

357 ser corretamente aproveitado. Continuando, Christoph reforçou que a Floresta Nacional tem por
358 objetivo a exploração madeireira e não-madeireira, em regime sustentável, que trazem
359 impressionante potencialidade econômica. Complementando, **Christoph** ressaltou que a filosofia
360 do ICMBio sempre foi o fortalecimento das comunidades próximas às Unidades de Conservação,
361 citando como exemplo a contratação de comunitários da Comunidade Sete Ilhas e Comunidade
362 Água Fria, localizadas no município de Serra do Navio, como monitores de biodiversidade.
363 **Christoph** adicionou que a Audiência Pública foi uma excelente oportunidade de diálogo,
364 aproximação e conhecimento do município de Pracuúba. **Sebastião Edinaldo**, da
365 Superintendência do Ibama no estado do Amapá, enfatizou a importância que possui o Ibama no
366 processo das concessões florestais, visto que o Instituto cuida do licenciamento e fiscalização do
367 Plano de Manejo Florestal Sustentável, tendo, em sua opinião, responsabilidade igual ou até maior
368 que o ICMBio. Neste sentido, **Sebastião Edinaldo** solicitou a elaboração de mecanismos
369 contratuais que contemplem o Ibama na distribuição dos recursos financeiros oriundos das
370 concessões florestais, sobretudo para aplicação em equipamentos de fiscalização e deslocamento
371 dos técnicos. **Cristina Galvão** informou o registro da demanda apresentada pelo Ibama,
372 adicionando que o Serviço Florestal Brasileiro reconhece os elevados custos operacionais
373 envolvidos no licenciamento e monitoramento do Plano de Manejo Florestal Sustentável. A
374 Gerente Executiva destacou que a solicitação do Ibama já havia sido respondida durante a
375 Audiência Pública de Ferreira Gomes, quando foi informado que o repasse de recursos financeiros
376 está previsto na Lei de Gestão de Florestas Públicas, sendo que qualquer alteração no
377 procedimento de divisão entre os entes beneficiários depende de ajustes nesta Lei. **Ibson Magave**,
378 Presidente da Associação Municipal de Meio Ambiente, perguntou se a concessão florestal tem
379 por objetivo somente a exploração de madeira ou também outros recursos naturais. Sobre o
380 monitoramento realizado pelo Ibama, Ibson reforçou a importância da destinação de recursos
381 financeiros para aquisição de equipamentos e reforço das equipes, para que seja realizado um
382 trabalho mais preciso e eficaz. Ibson Magave registrou ainda que a Sociedade Civil Organizada
383 pode fazer parte da fiscalização e que por vezes a Sociedade verifica que o plano de manejo não
384 é executado conforme planejado. Por fim, **Ibson Magave** questionou se ainda seriam possíveis
385 alterações no Edital de Concessão Florestal, a partir de novas propostas. **Cristina Galvão**
386 respondeu que naquele momento estava sendo apresentada a Proposta de Edital de Concessão da
387 Flona do Amapá, na qual estava inserido o Edital como documento inicial, junto a outros 14
388 anexos. Cristina ressaltou que ali era o momento de ouvir as contribuições da sociedade para
389 aprimoramento destes documentos, sendo que a sessão de Audiência Pública não tem caráter
390 deliberativo. Cristina esclareceu que, sendo a Audiência Pública um mecanismo de oitiva, cada
391 um dos presentes poderia trazer suas opiniões e recomendações. A Gerente Executiva ressaltou
392 que o Edital de Concessão não seria aprovado ao final daquela Audiência Pública, pois ainda
393 seriam reunidas todas as contribuições, para posterior análise e justificativas quanto à adoção ou
394 não das manifestações. Quanto ao objeto da concessão florestal federal no estado do Amapá,
395 **Cristina Galvão** respondeu que estava prevista a possibilidade de exploração de madeira em tora,
396 produtos florestais não madeireiros e resíduos da produção florestal. Cristina ressaltou que a
397 exploração de não madeireiros pela empresa concessionária carece de uma autorização dada pelo
398 Serviço Florestal Brasileiro, necessitando ainda da aprovação de um plano de manejo específico.
399 Cristina Galvão informou que a exploração de não madeireiros deve ser compatível com a
400 exploração pelas comunidades tradicionais próximas à Unidade de Manejo Florestal. Quanto à
401 execução do manejo florestal, manifestada pelo Sr. Ibson, Cristina sinalizou que se o manejo
402 licenciado fosse executado conforme as regras autorizadas pelo Ibama ou pelos organismos
403 ambientais estaduais, a atividade por si só já seria considerada de baixo impacto. Se não ocorrer
404 a execução das práticas autorizadas conforme licenciamento, o resultado é a degradação maior do
405 que o esperado. **Cristina Galvão** destacou a contribuição do Serviço Florestal Brasileiro, na
406 medida em que é adotado pelo órgão um conjunto de instrumentos de monitoramento da adoção
407 das técnicas de manejo florestal. Entretanto, verificada eventual irregularidade na execução do



408 Plano de Manejo Florestal Sustentável, o Serviço Florestal Brasileiro não tem o poder de
409 embargar o manejo, cabendo a notificação ao Ibama, dado que o Instituto é o órgão fiscalizador
410 da execução do PMFS. Da mesma forma, pelo fato da Unidade de Manejo Florestal estar
411 localizada dentro de uma Unidade de Conservação, o ICMBio também realiza o monitoramento.
412 Portanto, ressaltou Cristina, os 3 (três) órgãos trabalham de forma integrada no monitoramento,
413 verificando se o impacto da exploração florestal está de fato reduzido, conforme preconiza o
414 licenciamento. Por fim, Cristina Galvão ressaltou que o Serviço Florestal Brasileiro, como órgão
415 público, está sempre disponível ao recebimento de denúncias e prestação de esclarecimentos, por
416 meio de um conjunto de canais de comunicação com a sociedade, especialmente os da Ouvidoria,
417 que recebe as demandas por e-mail e também por documentos físicos. **Marcelo Melo**
418 complementou a resposta ao Sr. Ilson, explicando que, quanto aos canais de comunicação, existe
419 ainda um espaço muito propício que é o Conselho Consultivo das Unidades de Conservação. O
420 Conselho Consultivo tem a representação dos concessionários, do Serviço Florestal Brasileiros e
421 das comunidades locais, entre outros, como conselheiros. Citando os Conselhos Consultivos de
422 outras Flonas, onde a concessão florestal federal já foi implementada, **Marcelo Melo** informou
423 que são constituídos Comitês, com participação da sociedade, para visitas periódicas de
424 conhecimento das operações no interior da Unidade de Conservação. Sobre a questão colocada
425 pelo Sr. Ilson, relacionada às dificuldades das equipes de fiscalização, **Christoph Jaster**
426 respondeu que, além das parcerias estabelecidas com outras instituições, existe o apoio informal
427 para a atividade, através de denúncias encaminhadas pela própria população residente, que se
428 incomoda com a atividade ilegal de caça e de degradação ambiental. Christoph finalizou a
429 resposta, afirmando que acredita que os recursos financeiros advindos da produção florestal vão
430 gerar resultados muitos resultados positivos. Finalizadas todas as contribuições, **Marcelo Melo**
431 agradeceu a presença de todos, enfatizando o apoio prestado pela Prefeitura Municipal de
432 Pracuúba e todo o secretariado. Marcelo reforçou o convite à participação das próximas
433 Audiências Públicas, a serem realizadas nos dias 19 e 21 de junho, nos municípios de Amapá e
434 Serra do Navio, respectivamente. O cerimonialista reforçou que o Serviço Florestal Brasileiro
435 permanecia disponível às contribuições e questionamentos por meio dos canais de comunicação
436 registrados no folder ali distribuído. **Marcelo Melo** deu por encerrada a sessão de Audiência
437 Pública no município de Pracuúba. Nada mais havendo a tratar, eu, **Júlio César Raposo Ferreira**,
438 Analista Ambiental do Serviço Florestal Brasileiro, lavrei a presente ata.